



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 151/XII/ 4.ª SL

Aos 21 dias do mês de outubro de 2014, pelas 15:45 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1ª Parte

Audiência com Delegação do Parlamento da Geórgia.

2ª Parte

1. Informações.

2. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Lei nº 253/XII/4ª - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015";(PCP)
- Proposta de Lei nº 254/XII/4ª - "Aprova o Orçamento do Estado para 2015";(PCP)
- Proposta de Resolução nº 94/XII/4ª - "Aprova a Convenção n.º 189, relativa ao Trabalho Digno para as Trabalhadoras e Trabalhadores do Serviço Doméstico, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 100.ª sessão, realizada em Genebra, em 16 de junho de 2011" (conexão com a 10.ª Comissão) (PSD);
- Proposta de Resolução nº 95/XII/4ª - "Aprova o Acordo sobre Extradicação Simplificada entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, o Reino de Espanha e a República Portuguesa, assinado em Santiago de Compostela em 3 de novembro de 2010" (conexão com a 1.ª Comissão) (PSD);
- Proposta de Resolução nº 96/XII/4ª - "Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia de Cooperação no domínio da Defesa, assinada a 18 de janeiro de 2013, em Tunes" (conexão com a 3.ª Comissão) (PS).

3. Apreciação de Pareceres:

- Proposta de Resolução 79/XII/3ª - "Aprova o Acordo Comercial entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Colômbia e o Peru por outro, assinado em Bruxelas em 26 de junho de 2012"



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 151/XII/ 4.ª SL

Deputado Autor do Parecer: Feliciano Barreiras Duarte (PSD)

- Proposta de Resolução 84/XII/3ª - "Aprova o Acordo Interno entre os Estados Membros da União Europeia, relativo à ajuda concedida no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual para o período 2014-2020, em conformidade com o Acordo de Parceria ACP-UE, bem como à concessão de assistência financeira aos Países e Territórios Ultramarinos aos quais se aplica a Parte IV do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia"

Deputada Autora do Parecer: Celeste Correia (PS)

- Proposta de Resolução 88/XII/3ª - "Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe no Domínio da Fiscalização Conjunta de Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado na Cidade de São Tomé, em 17 de junho de 2013"

Deputada Autora do Parecer: Carla Cruz (PCP)

4. Aprovação das Atas nº 146, 147 e 148 de 22 de julho e de 9 e 23 de setembro de 2014.

5. Outros assuntos.

1ª Parte

Audiência com Delegação do Parlamento da Geórgia.

A reunião iniciou-se com a audiência com a Delegação do Parlamento da Geórgia, composta pelo Sr. Presidente, Dimitri Khundadze e pelos Srs. Deputados David Onoprishvili e Levan Kardava.

O Sr. Presidente começou por cumprimentar os membros da delegação tendo de seguida apresentado os membros da Comissão presentes. O Sr. Presidente da delegação falou sobre a situação atual na Geórgia e em especial sobre o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Geórgia, assinado em julho de 2014 que será previsivelmente aprovado pelo Parlamento Europeu ainda no corrente ano. Foi ainda abordada a questão da integridade territorial e a estabilização da região.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 151/XII/ 4.ª SL

Depois de uma ronda de cumprimentos, concluiu-se a audiência, tendo prosseguido a reunião.

2ª Parte

1. Informações.

O Sr. Presidente começou por informar que em 15 de outubro de 2014, o Deputado Alberto Martins, assumiu funções como membro efetivo em substituição do Deputado Laurentino Dias. Na mesma data, o Deputado Marcos Perestrello, assumiu funções como membro suplente em substituição do Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, o Deputado Jorge Fernando Pereira passou de membro efetivo a membro suplente e a Deputada Glória Araújo passou de membro suplente a membro efetivo. Informou ainda que a Comissão AFET do Parlamento Europeu vai organizar nos próximos dias 1 e 2 de dezembro uma reunião interparlamentar com a presença da futura Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Federica Mogherini, para debater a PESC-PCSD, conforme carta-convite em anexo, devendo a Comissão fazer-se representar. De acordo com os critérios da Comissão, cabe ao CDS-PP indicar representante para participar nesta reunião. A Comissão recebeu um pedido de audiência em nome da campanha “Continuamos à Espera” para apresentar aos membros da Comissão os resultados e propostas da sociedade civil associadas à posição e coerência política de Portugal em matéria de Cooperação, Direitos Humanos e Desenvolvimento, em concreto nas áreas da saúde, educação, igualdade e justiça social. É da iniciativa de organizações portuguesas da sociedade civil: P&D Factor – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento, CCC- Associação Corações com Coroa, AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e Saúde e Oikos – Cooperação e Desenvolvimento. Deliberou a Comissão agendar a audiência para um dia de reunião da Comissão, às 15:00. Referiu ainda que o Gabinete da PAR enviou à Comissão pedido de cedência de sala para a Fundação AIS apresentar relatório que pretende dar a conhecer a situação, em termos de liberdade religiosa, em 196 países, no próximo dia 4 de Novembro, pelas 17 horas. O período em análise é de Outubro de 2012 a Junho de 2014. A Fundação AIS é uma



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 151/XII/ 4.ª SL

fundação pontifícia que tem por missão apoiar os que são perseguidos, ameaçados ou refugiados por causa da fé. O lançamento conta com D. Issam John Darwish, Arcebispo de Furzol, Zahle e Bekaa, no Líbano, que fará uma conferência sobre a situação no Líbano e no Médio Oriente. O Sr. Presidente informou que depois de alguns problemas em iniciativas similares foi deliberado solicitar parecer à Comissão competente em função da matéria. O parecer unânime da Comissão foi favorável à cedência da Sala para os efeitos mencionados.

2. Distribuição de iniciativas:

- Propostas de Lei nº 253/XII/4ª - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015" e nº 254/XII/4ª - "Aprova o Orçamento do Estado para 2015";

Cabendo ao grupo parlamentar do PCP foi indicada a Sr.ª Deputada Carla Cruz para elaborar os pareceres relativos a estas iniciativas.

- Proposta de Resolução nº 94/XII/4ª - "Aprova a Convenção n.º 189, relativa ao Trabalho Digno para as Trabalhadoras e Trabalhadores do Serviço Doméstico, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 100.ª sessão, realizada em Genebra, em 16 de junho de 2011" (conexão com a 10.ª Comissão).

Cabendo ao grupo parlamentar do PSD foi indicada a Sr.ª Deputada Ângela Guerra.

- Proposta de Resolução nº 95/XII/4ª - "Aprova o Acordo sobre Extradicação Simplificada entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, o Reino de Espanha e a República Portuguesa, assinado em Santiago de Compostela em 3 de novembro de 2010" (conexão com a 1.ª Comissão).

Cabendo ao grupo parlamentar do PSD foi indicado o Sr. Deputado Carlos Páscoa.

- Proposta de Resolução nº 96/XII/4ª - "Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia de Cooperação no domínio da Defesa, assinada a 18 de janeiro de 2013, em Tunes" (conexão com a 3.ª Comissão).

Cabendo ao grupo parlamentar do PS foi indicada a Sr.ª Deputada Glória Araújo.

3. Apreciação de Pareceres:

- Proposta de Resolução 79/XII/3ª - "Aprova o Acordo Comercial entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Colômbia e o Peru por outro, assinado em Bruxelas em 26 de junho de 2012"



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 151/XII/ 4.ª SL

O Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) apresentou o parecer sinteticamente destacando as prioridades da UE em relação à América Latina desde 2010, na sequência do que foram concretizados vários acordos com países a título individual e com grupos de países, incluindo os Acordos de Associação com o Chile e com o México. Foram também estabelecidas Parcerias Estratégicas com o Brasil e com o México. O Acordo de Associação com a América Central, assim como a assinatura de um Acordo de Comércio com o Peru e a Colômbia entrará brevemente em vigor e que é o objeto deste parecer. Destacou o facto de a EU ser o segundo maior parceiro comercial da região. Na última década, a UE também apoiou os esforços positivos da região para a redução da pobreza e da desigualdade social. Realçou o facto de este ser um acordo assente em três eixos fundamentais: o diálogo, a cooperação e o livre comércio entre as partes. Concluiu com a sua opinião pessoal considerando que o número de acordos, com força jurídica interna e externa, entre os vários países Ibero-americanos é cada vez maior e que este é um dos bons exemplos, do bom relacionamento e da cada vez melhor integração político-económica e social da Europa, de Portugal com a América Latina.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

- Proposta de Resolução 84/XII/3ª - "Aprova o Acordo Interno entre os Estados Membros da União Europeia, relativo à ajuda concedida no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual para o período 2014-2020, em conformidade com o Acordo de Parceria ACP-UE, bem como à concessão de assistência financeira aos Países e Territórios Ultramarinos aos quais se aplica a Parte IV do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia"

A Sr.ª Deputada Celeste Correia (PS) apresentou o parecer referindo que o Acordo institui o 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) para o financiamento da cooperação com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) no período 2014-2020, definindo a repartição das contribuições dos Estados-membros e as regras de gestão da cooperação financeira a desenvolver. Referiu o valor de que disporá o FED bem como o valor que resulta da contribuição portuguesa. Referiu ainda, a finalizar, que a Comissão comunica, anualmente, o mapa das autorizações e dos



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 151/XII/ 4.ª SL

pagamentos bem como o montante dos pedidos de contribuições.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

- Proposta de Resolução 88/XII/3ª - "Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe no Domínio da Fiscalização Conjunta de Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado na Cidade de São Tomé, em 17 de junho de 2013"

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) apresentou o parecer destacando que o Acordo funda-se nas relações de amizade entre os povos de Portugal e de São Tomé e Príncipe, e nos princípios fundamentais da Ordem Jurídica Internacional, a saber: reconhecimento da Soberania, da não-intervenção e da cooperação entre Nações. O Acordo reconhece a existência de um dever de cooperação dos Estados no combate às diversas formas de criminalidade organizada, que decorre nomeadamente de diversas Resoluções das Nações Unidas e Convenções Internacionais e cria as condições que possibilitam a cooperação dos Estados no combate à criminalidade organizada nos espaços marítimos sob a jurisdição da República Democrática de São Tomé e Príncipe. É assumido que a criminalidade organizada nos espaços marítimos constitui uma ameaça à autoridade do Estado e à segurança dos espaços marítimos da República de São Tomé e Príncipe, bem como à segurança marítima internacional. Referiu que a participação Portuguesa é assegurada pelo Ministério da Defesa Nacional cabendo-lhe também a prestação de apoio em matéria de formação profissional das equipas de fiscalização da Parte Santomense que são transportadas a bordo das unidades navais da Marinha Portuguesa. A concluir referiu que é entendimento do grupo parlamentar do PCP que os Acordos de Cooperação devem fundar-se em princípios, entre outros, como a igualdade soberana dos Estados; a não-ingêrência nos assuntos internos de cada Estado; o respeito pela identidade nacional; a reciprocidade de tratamento e, não menos importante, a promoção do desenvolvimento e a promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 151/XII/ 4.ª SL

4. Aprovação das Atas nº 146, 147 e 148 de 22 de julho e de 9 e 23 de setembro de 2014.

As atas foram igualmente aprovadas por unanimidade registando-se a ausência do BE. Não havendo outros assuntos a tratar foi encerrada a reunião dela se lavrando a presente ata a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 novembro 2014.

O PRESIDENTE

(SÉRGIO SOUSA PINTO)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 151/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carina Oliveira
Carla Cruz
Celeste Correia
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Glória Araújo
Helena Pinto
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Sérgio Sousa Pinto
Ângela Guerra
Duarte Marques

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Mário Magalhães

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Ricardo Baptista Leite